

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

O Brasil e a Bahia não querem uma nova concessão da FCA

A renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), operada pela VLI, terá uma definição em breve e o Brasil e a Bahia não aceitam a proposta de renovação apresentada.

Há, neste momento, dois cenários possíveis: a renovação da concessão ou uma nova licitação. A renovação por mais 30 anos, com uma outorga de R\$ 29 bilhões, pode ser menos traumática, mas a proposta da FCA fere os interesses da Bahia e do Brasil.

Após abandonar e permitir a degradação de 3 mil km da maior ferrovia do país, sob o argumento cínico de que se trata da “dinâmica natural dos mercados”, a FCA não fará novos investimentos na malha ferroviária e destinará os recursos à compra de material rodante (vagões e equipamentos).

No caso da Bahia, a FCA sequer incluiu na proposta a modernização do corredor ferroviário entre Minas Gerais e Bahia, o que significa que a via entre Corinto (MG) e Salvador – que liga o Sudeste ao Nordeste e que, sob administração da VLI, foi degradada e hoje opera precariamente – continuará abandonada.

Passados 30 anos de concessão, os trens da VLI trafegam na Bahia a velocidade inferior a 10 km/h e passam por vias urbanas das cidades de Cachoeira e São Félix, não sendo descartada a ocorrência de um acidente grave. Aliás, para fugir dessa responsabilidade, a VLI propõe como alternativa retirar da renovação o corredor Minas-Bahia, o que representaria o isolamento logístico do nosso Estado.

A avaliação do TCU (Tribunal de Contas da União) mostrou que a FCA inutili-

izou grande parte da malha ferroviária brasileira, que não atendeu às punições aplicadas pela ANTT e não comprovou que seria vantajoso para o governo estender o contrato por mais 30 anos. Além disso, a avaliação interna do Ministério dos Transportes indica que a realização de um leilão do traçado seria mais vantajosa e teria maior potencial arrecadatório para a União.

A alternativa a renovação da concessão exigirá, já em 2026, extensões contratuais com a própria FCA para a operação da via (o trunfo da empresa), mas, ainda assim, será melhor para a Bahia e para o país.

O governo já possui um projeto pronto para a nova licitação de 2 mil km de ferrovia no corredor entre Minas Gerais e Bahia. E há muitas alternativas: o desmembra-

mento da malha, a concessão por blocos, a concessão patrocinada, chamamentos públicos e autorizações diretas para operação de trechos.

E, diferentemente do discurso da VLI – que distorce os parâmetros e nega a existência de carga – há trechos extremamente rentáveis. Aliás, a FCA teve um faturamento líquido de R\$ 3,9 bilhões em 2024, um incremento de 12% em relação a 2023, e um lucro de R\$ 264 milhões.

A Bahia não pode aceitar essa renovação sem que haja o pagamento justo de indenização e a garantia de novos investimentos no traçado da linha Corinto (MG) – Salvador, incluindo o contorno da cidade histórica de Cachoeira.

A verdade é que, nos termos atuais, a Bahia e o Brasil só têm a perder com a renovação da concessão da FCA.

A bitola e a ferrovia

Se há algo que aprendi como secretário de Planejamento é que o ótimo é inimigo do bom. É o caso da inoportuna proposta de mudar a bitola, o espaçamento entre os trilhos, da ferrovia baiana. A ideia é que a FCA, que hoje tem bitola métrica, só seria viável se adotasse a bitola larga. Ora, propor bitola larga, um projeto bilionário e inexequível no momento,

seria mandar para as calendas gregas a possibilidade de a Bahia se transformar em um corredor de exportação. É viável operar ferrovias em bitola métrica com eficiência e a própria VLI faz isso na Estrada de Ferro Vitória-Minas. O que a Bahia precisa é da modernização, mesmo com a bitola atual, do trecho Corinto (MG) – Salvador.

O Porto Sul e a BTS

Outra discussão esdrúxula é aquela que tenta contrapor o Porto Sul aos portos da Baía de Todos-os-Santos, quando a Bahia precisa de ambos. É verdade que o Porto Sul e a Fiol I estão paralisados, e é preciso resolver isso, seja com um novo sócio no empreendimento ou uma nova licitação. Mas dizer que o Porto Sul é inviável é dar argumento aos grupos empre-

sariais do Sudeste que querem sabotar o corredor ferroviário Fico/Fiol. O porto preferencial desse corredor é o Porto Sul. No entanto, os portos da Baía de Todos os Santos são extremamente eficientes e, quando os grãos começarem a utilizar as ferrovias, saberão se posicionar no mercado e, com preço e tecnologia, serão competitivos.

APORTE Empresa instalará parque fabril para a produção de metanol e amônia verdes, oxigênio e energia solar

GoVerde Energia assina acordo com o Estado para investir R\$ 9 bi na Bahia

DA REDAÇÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) segue trabalhando na atração de novos investimentos para a Bahia e para fortalecer ainda mais este objetivo, o Governo do Estado, por meio do órgão, assinou o protocolo de intenções com a GoVerde Energia, ontem, para viabilizar a instalação de um parque fabril destinado à produção de metanol e amônia verdes, oxigênio e energia fotovoltaica. A perspectiva da empresa é de investir

R\$ 5,4 bilhões no parque fabril e R\$ 3,6 bilhões para a produção de energia solar.

“A descarbonização das cadeias é uma demanda crescente e a Bahia sai na frente, liderada pelo governador Jerônimo Rodrigues, em buscar formas e práticas sustentáveis na produção industrial baiana. No momento vivido pelo nosso planeta, a Bahia se coloca como protagonista nas ações de economia verde. Seguimos atraindo empresas alinhadas com este propósito e no desenvolvimen-

to geopolítico estratégico”, declarou o secretário Angelo Almeida.

O projeto será dividido em três fases de operação, onde deve gerar, em cada fase implantada, 50 empregos diretos na unidade industrial e 20 empregos diretos na unidade de geração de energia elétrica, além de estimar gerar 24 mil empregos indiretos em toda a cadeia produtiva. No acordo firmado, a GoVerde garante promover o treinamento e a capacitação de mão de obra especializada, priorizando os ci-



Eduardo Andrade (SDE) / Divulgação

Representantes da empresa e do governo se reuniram para assinar o acordo

dadãos e cidadãos de Candeias na contratação.

Tecnologia alemã

Com tecnologia fornecida pela indústria alemã, o metanol produzido será com foco na exportação. Na primeira fase, a fábrica terá a capacidade de produzir 300 mil toneladas de metanol e amônia verdes e 155 mil toneladas de oxigênio por dia, aumentando a

capacidade de 200 toneladas/dia em cada fase avançada. Já o parque solar será implantado nos municípios de Juazeiro, Bom Jesus da Lapa, Pindaí, Brumado e Irecê, com potência para gerar até 1,5 GW/ano.

O CEO da GoVerde Energia, Ricardo Junqueira, destacou a assinatura do protocolo de intenções como um marco importante para

o projeto. “O metanol verde entra para descarbonizar toda uma cadeia nos setores marítimo e de aviação. A Bahia tem sido pioneira nessa vertente de combustíveis verdes e a gente acredita que a Bahia hoje é um dos estados que tem a melhor condição a nível nacional para se desenvolver um projeto dessa magnitude para exportação e afins”, disse.

NEGÓCIOS

Salvador bate recorde de abertura de empresas no primeiro bimestre

DA REDAÇÃO

Em 2025, Salvador alcançou uma marca histórica na abertura de empresas. Um levantamento realizado pela Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), com base em dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), expostos no Mapa de Empresas do Governo Federal, apontou que a capital baiana atingiu o melhor patamar da história, considerando os dois primeiros meses do ano.

A capital baiana registrou a abertura de 12.173 empresas nos meses de janeiro e fevereiro e ultrapassou o recorde observado no mesmo período de 2021, quando foram criados 11.141 novos CNPJs na cidade. O valor representa, ainda, um aumento de 38% na abertura de negócios em relação ao primeiro bimestre

do ano anterior. Em 2025, ocorreu o fechamento de 5.748 empresas, o que representa queda de 4% na comparação com 2024. Neste exercício, o saldo positivo é de 6.245 empresas.

O estudo revelou, ainda, que Salvador possui mais de 292 mil empresas ativas atualmente. Os principais tipos de CNAEs (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) das empresas que atuam na cidade são cabeleireiros, manicure e pedicure; comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios; promoção de vendas; preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo; fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar; além de restaurantes e similares.

O bom desempenho da ca-

pital baiana no índice está diretamente relacionado a uma série de ações implementadas pela Prefeitura, voltadas à redução da burocracia no processo de abertura de CNPJs e ao estímulo ao empreendedorismo na cidade.

No âmbito das secretarias da Fazenda e de Desenvolvimento Urbano (Sedur), por exemplo, ocorreu a adesão à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), a criação do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) Único, responsável por facilitar o pagamento do Termo de Viabilidade de Localização (TVL) e da Taxa de Licença de Localização (TLL), e a ampliação de 159 para 830 as atividades consideradas de baixo risco, com autori-

zação automática para funcionamento.

Essas iniciativas ajudaram a cidade a subir da 26ª para a 4ª posição entre as capitais no Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças, consolidando-se como um ambiente empresarial atrativo e competitivo. Outro resultado expressivo foi a redução do tempo de abertura de empresas, que caiu de 10 dias e 18 horas para apenas 3 horas.

“Essas ações têm sido essenciais para impulsionar o empreendedorismo em Salvador. O ambiente de negócios ficou mais ágil e eficiente, permitindo que novos negócios sejam abertos com mais facilidade e rapidez, o que, sem dúvida, ajuda na geração de empregos e no crescimento econômico da cidade”, afirma Giovanna Victer, secretária da Fazenda.

SELEÇÃO

Concurso Unificado de 2025 deve ter 3 mil vagas

LUIZ CLAUDIO FERREIRA
Agência Brasil, Brasília

O próximo Concurso Público Nacional Unificado (CNU) deve ter cerca de 3 mil vagas, e a abertura das inscrições está prevista para o mês de junho. As informações foram divulgadas ontem pela ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Segundo a ministra, o termo de referência para a chamada das empresas candidatas a compor a banca do concurso já está pronto. Esther Dweck disse que essas informações, a serem publicadas no próximo edital, podem ser divulgadas de forma oficial nesta semana ou na próxima.

Novas carreiras

O próximo CNU deve ter entre as novidades duas novas carreiras - uma delas é ligada à área de defesa e segurança

pública, e a outra é relacionada ao campo do desenvolvimento socioeconômico.

“São duas carreiras muito importantes, que complementam as carreiras de política social, de analista de infraestrutura e de analista de tecnologia da informação”, disse a ministra em entrevista à CNN Brasil.

Os salários iniciais devem ser acima de R\$ 9 mil, podendo chegar a R\$ 21 mil, disse a ministra. Outras carreiras, segundo Esther Dweck, já tiveram autorizações nas áreas de saúde e de administração.

A ministra informou também que hoje deve haver mais um passo para a contratação das pessoas que passaram no último concurso em cargos que não requeriam curso de formação. “São cerca de 4,3 mil pessoas que a gente vai publicar a autorização de provimento”, afirmou.